



Apontamentos do rádio alternativo latino-americano¹

Vivian de Oliveira Neves FERNANDES²

Resumo

Por meio da trajetória histórica de experiências de rádios alternativas na América Latina busca-se construir um panorama que contribua na reflexão sobre a mídia alternativa, popular, comunitária e cidadã na região. O painel traçado se dá a partir da caracterização de fases desses projetos radiofônicos contra-hegemônicos que ocorrem em sinergia com o contexto social e político do momento em que se concretizam. Neste artigo, de maneira introdutória, também há a recuperação de alguns elementos conceituais que procuram demarcar o que se entende por experiências alternativas de comunicação na América Latina.

Palavras-chave: Radiojornalismo; mídia alternativa; cidadania; história; América Latina.

Introdução

Analisar o rádio por uma perspectiva latino-americana e sob a influência do pensamento de Antonio Gramsci e dos Estudos Culturais passa por considerar que também este meio é um palco de disputas em torno de construções discursivas atreladas a projetos societários e visões de mundo. Ou seja, participam das relações de poder que envolvem a disputa pela produção de sentidos e construção da cultura na sociedade.

Nesse sentido, utilizamos o conceito de hegemonia, formulado por Antonio Gramsci em sua “Teoria do Estado ampliado”, que é base de pensamento também para os Estudos Culturais. Para Gramsci, na “sociedade civil”, diferentemente da “sociedade política” (Estado stricto sensu), ocorre a luta ideológica entre grupos com projetos societários discordantes, criando um campo de correlação de forças em que se dá a busca pela “hegemonia”, que seria a condução ideológico-cultural da sociedade. Para tanto, organiza-se diversos “aparelhos privados de hegemonia” (mídia, igrejas, escolas, sindicatos, movimentos sociais, entidades

¹ Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA – USP. E-mail: vivianfernandes86@gmail.com .

sem fins lucrativos, entre outras; que aderem voluntariamente a esses projetos de classes). Contando com esses instrumentos, o “bloco histórico” dominante busca a construção do “consenso” através de práticas e discursos que remetem a uma produção simbólica e moral. E é nessa disputa que os grupos contra-hegemônicos, que chamaremos de alternativos (aí incluídos também os meios de comunicação cidadãos), se inserem.

Quando se adota a ideia de “alternativo” como uma “opção entre duas coisas”, a intenção é a de abordar esses meios de comunicação como a opção “frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a propriedade e/ou controle dos meios de informação” (GRINBERG, 1987, pp. 20-21). Com reflexão próxima a essa, a professora da Escola de Comunicações e Artes da USP e consultora da Unesco, Regina Festa (1986), avalia que as experiências de comunicação popular e alternativa se “desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade” (p. 30).

O pesquisador da Universidade de Buenos Aires, Adrián Pulleiro (2012), assinala que as experiências alternativas têm seu surgimento e atuação marcados pelas necessidades comunicacionais dos setores populares. Além de serem meios de comunicação com objetivos que ultrapassam a sua própria existência, vinculam-se a projetos de transformação social e construção de sociedades mais justas e democráticas. O autor aborda a comunicação alternativa no rádio pelos “modos de fazer” e “visões de mundo próprias” das classes subalternas, que acabam por produzir um discurso “contrainformacional”.

Pensar la comunicación alternativa en función de ese tipo de discurso “contrainformacional” remite a la disputa cotidiana en relación con los sentidos que circulan socialmente y, específicamente, a la contienda por instalar una agenda temática acorde a los objetivos y necesidades coyunturales de los sectores subalternos y sus organizaciones. A su vez, ello implica a visualizar a estos procesos comunicacionales como procesos que asumen una posición de enfrentamiento, no sólo con el discurso dominante (sus valoraciones, sus estereotipos y sus operaciones de naturalización), sino con la institucionalidad dominante en su conjunto desde la cual se imponen determinadas relaciones comunicacionales. (PULLEIRO, 2012, pp. 25-26)

Portanto, frente às dificuldades de delimitação conceitual, trataremos neste artigo como termo amplo o uso de “comunicação alternativa”, que assume como referencial o pensamento gramsciano de contra-hegemonia, compreendendo que dependendo do contexto

será também classificada como popular, democrática, cidadã, ou outro nome que a caracterize.

No campo do rádio alternativo na América Latina, para melhor entendimento desse fenômeno é utilizada uma periodização que tem início marcado pelas experiências pioneiras de educação pelas rádios católicas e das rádios dos mineiros bolivianos, por meados dos anos de 1940, que vai até o auge das lutas populares dos anos de 1960 e 1970, sendo encerradas pela implementação de ditaduras militares em muitos países da região. Um segundo momento é o da transição para uma abertura democrática nessas nações, por volta dos anos 1980, a fase dos meios setoriais e comunitários. Já o terceiro período se refere ao final da década de 1990, que com a dissolução do bloco socialista no mundo abre-se para novas formas de crítica ao modelo neoliberal capitalista, e a busca por atuação massiva das rádios alternativas cidadãs (PULLEIRO, 2012). Por fim, há o atual movimento de utilização do espaço da internet para transmissão de materiais radiofônicos, seja através de radiowebs ou de arquivos de notícias e programas radiojornalísticos por plataformas digitais.

1ª fase: rádios alfabetizadoras e revolucionárias

A primeira movimentação alternativa na radiodifusão foi a de educação popular via rádio impulsionada por setores da Igreja Católica, com início em 1947 na *Radio Sutatenza*, povoado na província de Boyacá, interior da Colômbia. Nesse caso, a rádio foi utilizada para enfrentar o analfabetismo, sob uma ótica que tratava o problema da educação atrelado à pobreza dos camponeses, avançando em processos de alfabetização e de evangelização. A partir dessa experiência, seguiram-se projetos como a *Radio Santa María*, fundada na República Dominicana, em 1956; *Radio Pío XII*, de 1959, na Bolívia; *Radio Huayacocotla*, no México, em 1965; a rede de *Escuelas Radiofónicas* da Bolívia, surgidas em 1967; o *Instituto de Cultura Popular* da Argentina, em 1969; o *Instituto Costarricense de Enseñanza Radiofónica*, de 1973, na Costa Rica; entre outras. Várias dessas emissoras participaram da construção da Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), em 1972 (PULLEIRO, 2012).

Estas possuíam finalidade educacional e de impulsionar o desenvolvimento nas regiões em que emitiam seu sinal. Ainda no bojo dessas experiências, uma influência

marcante veio do Concílio Vaticano II, realizado em Roma (Itália), em 1962 e 1965, que “había proclamado la libertad de las creencias religiosas” (FOX, 1989, p. 44). Além da Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín, que em 1968 anunciou a opção preferencial pelos pobres na Igreja e forneceu uma série de elementos de sustentação da Teologia da Libertação (expressão cultural, política e espiritual dos setores da Igreja Católica alinhados ao povo pobre, com a conjunção entre cristianismo e marxismo).

Nesse contexto, é importante destacar as formulações de educação libertadora construídas por Paulo Freire, importante educador brasileiro, que confluem nas experiências educativas através do rádio. No método freireano, o processo educativo está associado à tomada de consciência crítica do educando sobre sua condição social e identidade, apontando para um projeto de emancipação coletiva e transformação social; o que se tornou conhecido como “educação popular”.

Desta vocação educativa inicial das rádios alternativas, boa parte dessas experiências passou a deixar em segundo plano as atividades educacionais e começaram a atuar de maneira prioritária na formação de consciência política, organização e mobilização de seus construtores e ouvintes dos setores populares. Havia ali a influência de um contexto global de movimentos de libertação nacional e revolucionários dos anos de 1960. E, “como parte de esos cambios en sus objetivos y en sus prácticas, esas radios educativas pasarán a definirse como *radios populares*” (PULLEIRO, 2012, p. 38).

Dois exemplos dessa mudança são a *Radio Pioneira*, do Brasil, e a *Radio Voz de la Selva*, do Peru. A primeira ocorreu no estado brasileiro do Piauí, fundada em 1962 pelo Movimento de Educação de Base, que era um programa impulsionado pela Igreja Católica para alfabetização e educação de setores populares urbanos e rurais, com inspiração na pedagogia de Paulo Freire. Com o golpe militar de 1964 no país, a rádio passou a ocupar papel de resistência ao regime ditatorial, com uma programação voltada ao jornalismo com participação do público, de utilidade pública, espaços de debate e de promoção da cultura popular. Já a experiência peruana foi implementada em 1972 na selva amazônica, na cidade de Iquitos. Baseava-se em uma proposta que atrelava a educação libertadora com bases cristãs à valorização da cultura indígena e de formação de consciência crítica sobre as desigualdades da região.

Outra grande vertente desse primeiro período, que também passa pelo uso do rádio em processos políticos de resistência e reivindicação social, tem como exemplo as rádios protagonizadas por trabalhadores da mineração da Bolívia.

Las Radios Mineras eran propiedad de los mineros y estaban financiadas por sus contribuciones. Las radios se multiplicaron como hongos después de la Revolución boliviana de 1952, cuando el Gobierno nacionalizó las minas, reformó el régimen de tenencia de tierras y concedió el sufragio universal. Cuando se produjo en Bolivia el golpe militar de 1980, las veintitrés Radios Mineras constituyeron una “cadena de democracia”. Cinco días después de que el ejército se hubiese apoderado del resto del país, las Radios Mineras seguían en antena, y lanzaron emisiones contra el golpe hasta que los militares derrotaron a las comunidades mineras y capturaron sus emisoras radiofónicas (LOZADA y KUNCAR, 1983, apud FOX, 1989, p. 44)

As rádios mineiras bolivianas foram realizadas em uma situação histórica de intensa organização, mobilização e lutas dos trabalhadores do país, que necessitavam de meios de comunicação para estruturar e expandir seu movimento. Ou seja, a mídia alternativa acompanhou o movimento da luta dos setores populares nos enfrentamentos sociais, na disputa por hegemonia com a classe dominante.

Tendo os primeiros ensaios de transmissão radiofônica nos anos de 1940, os mineiros bolivianos tiveram sua primeira experiência regular em 1952, com *La Voz del Minero*. Em 1963, já eram 23 emissoras em funcionamento nos principais distritos de mineração do país. Todas eram de propriedade dos sindicatos, sustentadas e mantidas pelos trabalhadores, com uma programação diversa, que ia desde a cobertura de conflitos sociais e assembleias dos trabalhadores, até transmissão de festividades religiosas, artísticas e esportivas.

Há, também, o rádio alternativo dentro de processos revolucionários guerrilheiros, como no caso de Cuba, da *Radio Rebelde*, a partir de 1958, que mostrou “a importância do rádio no combate e sua estratégica no plano político-militar” (MACHADO et al., 1986, p. 97). O rádio foi usado pelos guerrilheiros como arma de contrainformação e diálogo com a população. Também houve as experiências da Nicarágua, com a *Radio Sandino*, nos anos 70; e de El Salvador, na *Radio Venceremos* e *Radio Farabundo Martí*, nos anos 80.

Sintéticamente, en los marcos de esta tradición el medio es considerado como una herramienta – entre otras – para aportar, en un plano específico (el plano de la lucha ideológica) a una praxis más general; o sea al despliegue de un proyecto de cambio estructural que a su vez le da sentido a la experiencia comunicacional. (PULLEIRO, 2012, p. 45)



2ª fase: rádios livres e comunitárias

Outra fase do rádio alternativo latino-americano toma forma a partir dos veículos populares, livres e comunitários dos anos de 1980 (época de redemocratização em muitos países, após regimes ditatoriais). A leitura que surge do período é que houve a derrota dos movimentos revolucionários dos anos 60 e 70, e um fortalecimento das elites dominantes, que se impuseram através de meios coercitivos de repressão, mas também se construíram ideologicamente pelos espaços educativos, de comunicação, entre outros. O modelo dos partidos políticos de uma “teoria da vanguarda” (ou sua deformação, o vanguardismo) é questionado por estudiosos do período, como Simpson Grinberg (1987).

Baseada nessa visão, surgem propostas “basistas” de comunicação, organizadas por territórios e/ou setores da sociedade, que têm como foco questões e problemas cotidianos da população. Além disso, ressalta-se a participação dos grupos subalternos na comunicação fazendo seu uso como meios de expressão das comunidades, não necessariamente vinculadas a projetos políticos societários.

Como uma das vertentes de resposta alternativa de comunicação dos anos de 1980 está a de rádios livres, que se pautam por uma “perspectiva inteiramente oposta ao culto da especialização e da competência” das comerciais, não buscando licenças estatais para transmissão legal de seu sinal, nem um padrão profissional radiofônico. Nas rádios livres “as soluções coletivas de enunciação ‘atravessam’, como costuma dizer [Félix] Guattari, as especializações, para inventar um tipo novo de democracia direta, capaz de perfurar os modelos tradicionais de outorga e representação” (MACHADO et al., 1986, p. 32).

De acordo com a pesquisadora e professora da Universidade Metodista de São Paulo, Círcia Peruzzo (1999), a primeira experiência brasileira de rádio livre foi a *Rádio Paranóica*, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, de 1970 a 1971. Depois, essa emissora voltou a funcionar em 1983 e, por volta dos anos de 1990, transmitia sob o nome de *Rádio Sempre Livre*. Há também o surgimento da *Rádio Globo de Criciúma* (1978), em Santa Catarina. Outros exemplos brasileiros desse movimento de emissão radiofônica são as pioneiras em São Paulo: *Rádio Spectro* (1976), de Sorocaba; a *Rádio Pirata de Guararema* (1984); e a *Rádio Xilik* (1985). Após a inauguração desta última, se sucederam diversas rádios livres paulistas, entre elas a *Rádio Totó Ternura*, que funcionou na zona oeste da capital; a *Rádio Tereza*; a



Rádio Ítaca; a *Molotov*; a *Ilapso*; a *Trip*; e a *Se Ligue Suplicy*. Muitas das rádios latino-americanas surgidas nos anos 1970 podem também ser enquadradas no modelo de “livres”, por não possuírem licença do Estado para a transmissão.

As experiências de rádios livres surgiram, em um primeiro momento, a partir de iniciativas de jovens com interesse “em praticar a arte da radiofonia, pouco ou nada envolvidos com ‘grandes causas’”. Uma politização maior veio depois, com “emissoras mais sensíveis à questão da centralização dos meios de comunicação, bem como à problemática socioeconômica e política do país, embora continuassem preponderando o senso de ironia e a preocupação em ousar” (PERUZZO, 1999, p. 244).

As rádios livres, mesmo que algumas possam ter sido decorrência de aventuras sem maiores pretensões políticas, são, no conjunto, um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar a liberdade de expressão a qualquer preço. Elas contribuíram para o debate sobre a estrutura dos meios de comunicação no Brasil, que também teria lugar na Assembleia Constituinte, mas nunca veio a empolgar setores representativos na sociedade nem conseguiu grandes avanços no texto da nova Lei Magna promulgada em 1988. (PERUZZO, 1999, p. 245)

Outro modelo que surgiu em um período um pouco posterior, entre os anos de 1980 e 1990, é o das rádios comunitárias. Nesse contexto, um marco é a formação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), em 1983, no Canadá, e com um escritório na América Latina na década de 1990, trabalhando com a ideia de meios comunitários.

Lo comunitario, entonces, estará vinculado en estas latitudes a la idea de servir a una comunidad, pero también a la pelea por la democratización de las comunicaciones para democratizar la sociedad. Así, en estas experiencias, además de la búsqueda de instancias participativas, se dará importancia a la idea de pluralidad, referida a la necesidad de que la radio sea un ámbito donde se puedan expresar todos los sectores sociales, políticos y religiosos, y a la diversidad, en el sentido de poder dar cuenta de la multiculturalidad que caracteriza al continente, de las diferencias de género y de la variedad de elecciones sexuales. (PULLEIRO, 2012, p. 72)

No Brasil, o termo “rádio comunitária” se institucionalizou em 1995, quando do I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias. Peruzzo (1999) destaca que o entendimento de “comunitário” era atribuído às rádios que “tendo como finalidade primordial servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania” (p. 253).

Nessa fase, na América Latina, surgem modelos como o da *FM La Tribu*, fundada por jovens universitários de Buenos Aires (Argentina); da *Rádio Favela*, de uma comunidade periférica da cidade de Belo Horizonte (Brasil); da *Radio Stereo Villa*, de jovens da periferia de Lima (Peru); e, também, as impulsionadas por grupos feministas, como a *Radio Tierra*, no Chile; e a *Radio Internacional Feminista*, na Costa Rica.

3ª fase: rádios cidadãs

Passando para os anos 1990 na América Latina, a marca do rádio alternativo torna-se a busca pela massificação, pluralidade e competitividade de público com os meios comerciais, no que pode ser chamado de “rádios cidadãs” (PULLEIRO, 2012). A década foi marcada pela implantação do modelo neoliberal na região, o que causou uma liberalização da economia, privatizações, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, e uma maior concentração dos meios de comunicação; em um contexto de rápidas transformações tecnológicas. Para sobreviver nesse cenário, os veículos radiofônicos populares também tiveram que se reinventar, gerando uma corrente de construção do “rádio popular massivo”.

Ganha força a busca por direitos nessas rádios que visam disputar espaço e público com as emissoras comerciais. Já em 1996, surge a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), com o objetivo de “reunir as experiências de rádios comunitárias e contribuir na defesa e regulamentação do serviço, o que apenas ocorreu em 1998” (AMARANTE, 2012, p. 12). Nesse sentido, a garantia da pluralidade nos meios de comunicações se vincula com a ideia de liberdade de expressão, e a busca pelo reconhecimento legal das rádios perante o Estado. Acompanham essa mudança de pensamento tanto a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), quanto a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER).

Como exemplo dessa frente de luta política que se abre em toda a região latino-americana, está a declaração do Festival de Radioapasionados y Televisionarios, realizado em Quito, no Equador, em 1995. As diversas organizações latino-americanas construtoras do encontro afirmam no documento que:

- 1- La libertad de expresión, derecho fundamental e inalienable de la persona y de los pueblos, se afirma sobre la justicia social y constituye la mejor garantía de la democracia y la paz.
- 2-La sociedad civil puede y debe ejercer la libertad de expresión a través de medios de comunicación propios que le den voz e imagen públicas y le permitan ser sujeto de su propio desarrollo³.

Pulleiro (2012) destaca que as lutas específicas não anulam objetivos societários mais gerais aos quais se vinculam os meios alternativos de comunicação, pois o “contexto socio económico revalidará la existencia y la proyección de estas radios que siguen siendo presentadas como portadoras de proyectos que no se agotan en sí mismos y que intentan aportar a procesos de cambio más amplios” (p. 84). E, “la radio alternativa será una herramienta para ‘consolidar la democracia’” (p. 89).

Outra faceta da mudança ocorrida na década de 1990 é que a atuação dos comunicadores alternativos passa a ser para atingir a “sociedade civil”, entre sujeitos diversos com múltiplas identidades e não apenas a setores de trabalhadores, camponeses ou militantes. “Ya no parece ser necesario construir identidades fuertes y organizaciones sólidas” (PULLEIRO, 2012, p. 97). A ideia nova é que as rádios alternativas atuem na promoção do diálogo entre setores sociais distintos, de forma plural e sem discriminação. Um exemplo disso é a experiência organizada pela *Radio Teocleo*, do México, no programa “Cabildo Abierto” (“Câmara de Vereadores aberta”, em tradução livre), para impulsionar o diálogo entre a população e seus representantes no Poder Legislativo.

La historia cuenta que durante una campaña electoral la emisora abrió sus micrófonos a los distintos candidatos a las intendencias municipales del estado de Veracruz, al tiempo que los comprometió a que si asumían el cargo iban a tener una conducta distinta respecto a la información pública. Al año siguiente la radio definió sacar al aire “Cabildo Abierto”, convocó a los intendentes electos y firmó un convenio con los municipios. El compromiso consistió en que un día en la semana el programa se dedicaría a dar información de primera mano sobre un municipio determinado. (PULLEIRO, 2012, pp. 89-90)

Ainda com referência à pluralidade – e em diálogo com as outras duas características dessa etapa do rádio alternativo: a massificação e a competitividade –, outro tema que passa a preocupar as emissoras é a superação das limitações técnicas e a grade de programação, para atender a todas as dimensões presentes no cotidiano das pessoas, do público ouvinte. Portanto,

³ Trecho extraído da Declaración de Quito (1995). Disponível em:
http://www.infoamerica.org/libex/libex_7_d_4.htm. Acesso em 2 de abril de 2013.

além de conteúdos informativos e opinativos sobre sociedade, economia e política, faz-se necessário construir programas de serviços, entretenimento, musicais, transmissões esportivas e culturais. Como exemplos de rádios que colocaram em prática esse apontamento estão a *Radio ACLO*, da Bolívia, que por sua preocupação em ganhar audiência transmite as partidas de futebol da liga municipal; a *Radio Santa Clara*, da Costa Rica, que também transmite partidas locais de futebol, além de um programa diário dedicado a esportes; e a *Radio Marañon*, do Peru, que além de transmitir, também organiza o campeonato interbairros de vôlei feminino (PULLEIRO, 2012, p. 106).

Apesar do cenário que aponta uma preocupação maior das rádios alternativas em alcançar o conjunto da sociedade, Pulleiro (2012) demonstra um questionamento se o enfoque conciliador do diálogo e as reformas defendidas por esses veículos se vinculam a um acúmulo de forças para transformações estruturais, ou se isto é visto como o “máximo a lo que se puede aspirar” (p. 98). O pesquisador sugere que para muitos desses veículos não está mais colocada a necessidade que o rádio alternativo construa um discurso contrainformacional, com a diluição da perspectiva de antagonismos sociais, colocando em questão a base contra-hegemônica da mídia alternativa.

4ª fase: rádios via web

Para trazer um último enfoque da trajetória do rádio alternativo na América Latina, vale ressaltar alguns apontamentos quanto às experiências radiofônicas que utilizam o suporte da internet, com maior ênfase nos anos 2000 em diante. Na atualidade, possibilitadas pela ampliação e disseminação desse acesso, pode-se elencar experiências de radiosweb, muitas com formato exclusivo via internet ou vinculadas a emissoras que também transmitem no dial. Este é o caso das emissoras alternativas argentinas *FM La Tribu* (www.fmlatribu.com/), *Radio Gráfica* (www.radiografica.org.ar/) e *La Colectiva FM* (www.lacolectiva.org.ar/). Também da brasileira *Rádio Brasil Atual* (www.redebrasilatual.com.br/radio).

Entre as modificações presentes no rádio pela internet está a de agregar novos formatos, linguagens e conteúdos a esse meio, como a utilização de textos e imagens que acompanham o conteúdo radiofônico. Para Zuculoto (2012), isso também provoca “mudanças nas necessidades e interesses das audiências” (p. 170). Além disso, a partir dessas



transformações “o ouvinte não necessita mais ouvir o rádio em tempo real, no exato momento da transmissão. Acessando-o pela internet, pode-se voltar atrás, ouvir a qualquer momento ou novamente” (p. 170).

Os usos possíveis do rádio via web vão desde a transmissão que acompanha em tempo real a emissão em FM ou AM, através da forma de distribuição dos arquivos de áudio em fluxo contínuo chamada de *streaming*; até a disponibilização de produtos e materiais em páginas da internet, onde é possível realizar o *download* e obter o arquivo de áudio. Esse último mecanismo altera a programação linear das emissoras, o que provoca a “personalização, a individualização da programação” (ZUCULOTO, 2012, p. 171). O ouvinte pode, com isso, montar sua própria grade de programação, mesclando conteúdos de diversas emissoras e até retransmitindo esse conteúdo pela própria web ou em outros meios (no caso de outras rádios ou veículos de comunicação).

Ainda incluem-se na gama dessas experiências na internet as agências de notícias voltadas para rádio, como é o caso da *Agencia Púlsar*, construída pela AMARC em nível latino-americano – que no Brasil é responsável pela *Agência Pulsar Brasil* –, e a *Radioagência NP*, parte integrante do projeto do jornal *Brasil de Fato*, que são estudadas na presente pesquisa. Esses dois veículos são exemplos de mídia alternativa em que a plataforma web é utilizada para difundir seus produtos pela rede digital, acessando, assim, públicos individuais e, principalmente, emissoras de rádio, que podem utilizar seu conteúdo de forma gratuita (como é o objetivo dessas agências).

Considerações finais

Com esse panorama, é possível notar que a história não pode ser compreendida em etapas que se encerram em si mesmas, mas sim de forma dialética. Pois, ao mesmo tempo em que diversas rádios realizam sua transmissão exclusivamente pela internet com uso de podcasts os mais variados, outras tantas estão transmitindo via Frequência Modulada para a comunidade do bairro ao qual essa rádio pertence. Ou seja, as fases do rádio alternativo se sobrepõem, mas mantém-se as características de contrainformação, de participação popular e de organizador coletivo de grupos sociais que as definem como alternativas, populares e cidadãs.



Conhecer a trajetória das experiências de rádios alternativas na região latino-americana também contribui no processo de conhecimento da própria formação e identidade de nossos povos, uma vez que esse trecho da história traz luz às formas de organização e participação dos setores marginalizados na política e na esfera pública.

Referências bibliográficas

AMARANTE, Maria Inês. **Rádio Comunitária na Escola – adolescentes, dramaturgia e participação cidadã**. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. PP: 9-30.

FOX, Elizabeth. Las políticas de los mass-media em Latino-américa. In: FOX, Elizabeth (Org.). **Medios de Comunicación y Política en América Latina – La Lucha por la democracia**. México: Ediciones G. Gili, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 4ª edição. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 5 - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação Alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, M. S. **A Comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.



MACHADO, Arlindo et al. **Rádios Livres – A reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003b. PP. 57-86.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **O rádio na era da informação**. Coimbra: Minerva, 1999.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. A Estrutura Radiofônica. In: **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985. cap.VII, p. 78-83.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares – A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Em: Eco-Pós N° 2 (V. 12): p. 46-61. 2009.

PULLEIRO, Adrián. **La radio alternativa en América Latina: experiencias y debates desde los orígenes hasta el siglo XXI**. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suena, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1992.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar – A história da notícia de rádio no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.